

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.559.693 - RS (2019/0232282-0)**

**RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**AGRAVANTE : ABELAASA ASSESSORIA E GESTAO DE BENS LTDA**  
**ADVOGADO : GUSTAVO PAPKE BOEIRA - RS065974**  
**AGRAVADO : TEC-LAR EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA**  
**ADVOGADOS : FÁBIO TEIXEIRA OZI - SP172594**  
**MARINA DA CUNHA RUGGERO LOPEZ - SP302669**  
**GABRIELA ROSSATO DE ALMEIDA SANTOS - SP362847**

**DECISÃO**

1. Trata-se de agravo interposto por ABELAASA ASSESSORIA E GESTAO DE BENS LTDA contra decisão que inadmitiu recurso especial, com fulcro no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, integrado pelo proferido em sede de embargos de declaração, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CORRETAGEM. AÇÃO DE ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS. COMPETÊNCIA TERRITORIAL. ALEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA DO LOCAL DE CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. CONTRATO VERBAL. NO CASO CONCRETO, AUSENTES QUAISQUER ELEMENTOS QUE POSSIBILITEM VER O EXATO LOCAL DE CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO, DEVENDO PREVALECER A REGRA GERAL DE DOMICÍLIO DO RÉU. ART. 54, INC. III, ALÍNEA A, DO CPC/15. NEGARAM PROVIMENTO. UNÂNIME.

Nas razões do especial, alega-se violação do art. 53, III, "d", do Código de Processo Civil. Pleiteia a concessão de efeito suspensivo ao recurso, com base no art. 1.029, § 5º, III, do Código de Processo Civil.

Decido.

2. A irresignação não merece prosperar.

O acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência desta Corte, no sentido de que, a competência do juízo onde a obrigação deveria ser cumprida não prevalece em caso de contrato verbal, onde não há qualquer indício acerca do local exato de cumprimento da obrigação. Nessa hipótese, deve ser reconhecida a competência do domicílio da pessoa jurídica ré para o processamento e julgamento da demanda.

Confira-se:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA. AÇÃO DE COBRANÇA. DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. SATISFAÇÃO DA OBRIGAÇÃO. LOCAL. INDEFINIÇÃO. CONTRATO VERBAL. ARTIGO 327 DO CÓDIGO CIVIL.

DOMICÍLIO DO DEVEDOR.

1. A ação de cobrança decorrente de descumprimento contratual deve ser proposta no local onde a obrigação deveria ser cumprida, haja vista o disposto no art. 100, IV, "d", do Código de Processo Civil de 1973. Precedentes.

2. A existência de contrato verbal não afasta a incidência da norma contida no art. 100, IV, "d", do Código de Processo Civil de 1973. Precedentes.

**3. Na hipótese de indefinição quanto ao local de cumprimento da obrigação, deve incidir a presunção legal do art. 327 do Código Civil, isto é, o domicílio do devedor.**

4. Não existe vedação legal para o julgamento do recurso especial singularmente quando interposto com fundamento em dissídio jurisprudencial.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1648397/TO, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/09/2017, DJe 10/10/2017) - g.n.

Em síntese, a linha intelectual adotada pela Corte de origem, seguiu o entendimento propugnado por este Tribunal Superior, de modo que incide o veto da Súmula 83/STJ.

3. Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Prejudicada a análise de concessão de efeito suspensivo ao especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator